



Praça da República
2900-587 Setúbal
Portugal

Telefone 351.265 541140
Telefax 351.265 541155
Email: rnes@icn.pt
<http://www.icn.pt>

Ministério do Ambiente, do Ordenamento
do Território e do Desenvolvimento Regional

ACTA n.º 8

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO – CMC POGRNES

Reuniram-se no dia 9 de Julho de 2007 pelas 14.30 na sede da Reserva Natural do Estuário do Sado os representantes das seguintes entidades:

- Instituto da Conservação da Natureza – Arqto Henrique Pereira dos Santos – que presidiu
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – Arq. Eduardo Carqueijeiro
- Direcção Geral das Pescas e Aquicultura – Dr.a Maria Luísa Silva
- Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – Dr. Fernando Alves
- Direcção Regional de Agricultura do Alentejo – Eng. Luís Didelet
- Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste - Eng. Delfina Marques Jorge
- Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex. Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica) - Eng. Maria Helena Sequeira e Eng. Inês Castel-Branco
- REFER - Dr. José António Moreira
- Direcção Geral da Saúde – Dr.a Maria Leonor Batalha
- Capitania do Porto de Setúbal – Capitão-de-fragata Luís M.C. Crispim de Sousa
- IGESPAR (ex. Instituto Português de Arqueologia) – Dra. Jacinta Bugalhão
- CM de Setúbal – Vereador André Martins
- CM de Palmela - Arq. Nuno Moita
- CM de Grândola – Arq. Carlos Alves
- CM Vendas Novas – Arq. Francisco Gomes

- o Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra – APSS – Eng. Graça Viegas
- o ONG's de Ambiente – “APARROZ” – Engº José da Mota Capitão

Não comparecerem:

- o Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- o Direcção Geral dos Recursos Florestais
- o Direcção Geral de Turismo
- o CM de Alcácer do Sal

Estiveram ainda presentes:

- o Eng. Maria José da Costa Xavier da DRAPAL
- o Dr.a Isabel Costa da DGPA
- o João Resende da Herdade da Comporta
- o Raquel Rosário da AFLOPS
- o Arq. Eduarda Gomes da CM de Setúbal
- o Gonçalo Lynce de Faria da Associação de Beneficiários de Regantes do Vale do Sado
- o Venâncio Bicha da Associação de Beneficiários de Regantes do Vale do Sado
- o Francisco Borba da Herdade da Gâmbia
- o Vera Lopes da Herdade do Pinheiro
- o Roseta Faria da DGADR
- o Pedro Teixeira da DGADR
- o João Reis Mendes da APARROZ

Do Consórcio DHVFBO/BIODESIGN/ERENA

- o Dr.a Romana Rocha
- o Eng. Ana Neves Adelino
- o Dra. Ana Rita Marina
- o Dr. Pedro Beja

Do ICN/RNES

- o Dr.a Teresa Leonardo
- o Dr. João Carlos Farinha
- o Arq. Pais Ana Lúcia Freire
- o Dr.a Helena Fonseca

Ordem de trabalhos

1. informações;
2. aprovação e assinatura do parecer final

O Presidente da CMC deu início aos trabalhos colocando a aprovação a acta da última reunião e procedendo ao enquadramento da presente reunião:

- o Na 7ª reunião da CMC tinha-se procedido ao adiamento da assinatura do Parecer Final face ao tempo muito reduzido com o que o Parecer Final foi disponibilizado às entidades.
- o Na sua sequência foi novamente enviado o Parecer Final para apreciação das entidades, já com as alterações decorrentes da 7ª CMC.
- o Na presente reunião, a 8ª reunião da CMC, é apresentada a versão final Proposta de Parecer Final, com as propostas de alteração entretanto recebidas das entidades já integradas.
- o A reunião terá por objectivo a assinatura do Parecer Final, procedendo à verificação da transposição das discordâncias das várias entidades para o mesmo. No final da reunião serão marcadas as reuniões de concertação, onde serão então discutidas as discordâncias expressas no Parecer Final e apresentadas com maior detalhe as alterações daí decorrentes e respectivas metodologias para a concretização das mesmas.

Procedeu-se então à verificação das alterações ao Parecer Final, sendo referidas quais as entidades que não consideram o Plano em condições de seguimento para discussão pública.

A DGOTDU fez a ressalva de que irá remeter uma declaração de voto com a respectiva interpretação do artigo 32.º, mas que, ainda assim, considera que o Plano se encontra em condições de seguir para discussão pública.

A DGADR considera que devidamente salvaguardadas as suas discordâncias poderá ser retirada a sua referência como entidade discordante do seguimento para discussão pública.

Mantêm-se assim como entidades discordantes do seguimento do Plano para discussão pública, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a Câmara Municipal de Setúbal e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

Foi referida pelo ICN a integração no Parecer Final das seguintes alterações a efectuar ao Plano:

- o Rever as disposições das áreas de PT no sentido de serem permitidas obras de conservação, recuperação e valorização do património natural levadas a cabo pelo ICNB ou por ele autorizadas.
- o Rever o articulado do artigo 32.º clarificando que novos perímetros urbanos poderão ser definidos em sede de PMOT, e que nos perímetros urbanos vigora a regulamentação específica do respectivo PMOT.

Sobre a verificação da transposição da posição das várias entidades, o ICN e a Equipa Técnica destacaram as alterações ocorridas nos seguintes pareceres:

- o CCDRLVT – foi acrescentado no início da reunião um pequeno parágrafo a remeter para o parecer em anexo, recepcionado no próprio dia.
- o DGPA – Apenas foi alterada a resposta relativa ao procedimento de AIA (alínea c) do n.º 4 do artigo 38º), tendo a sugestão sido aceite parcialmente, pelo que será colocada a necessidade de EIA se a carga foi superior a 10 toneladas/ha/ciclo, de acordo com a legislação comunitária, e de um diagnóstico de impacte ambiental se a carga for inferior ou igual à mencionada.
- o DGOTDU – tal como já referido, foi acrescentada uma referência à declaração de voto apresentada em anexo, referente à interpretação do artigo 32.º considerando que, na actual proposta de plano, as ampliações dos perímetros urbanos só podem ocorrer em áreas de intervenção específica ou áreas sem regime de protecção.



Nesta questão, a DGOTDU esclarece que tal não constitui uma oposição ao avanço do processo, apenas considera que o articulado do artigo não reflecte a posição do ICN, questionando a CCDR LVT sobre o seu entendimento desta questão.

- A CCDR LVT considera que o Regulamento não inviabiliza o alargamento dos perímetros urbanos na medida em que é omissivo a esse respeito. Considera que sendo a referida declaração da DGOTDU anexa ao Parecer Final, a mesma será tratada no âmbito da emissão do parecer de conformidade.
- DRAPA – foram introduzidas pequenas alterações relativamente à alínea b) do artigo 8º, procurando excepcionar todas as áreas agrícolas e não apenas as abrangidas pelo AHVS. Pretendendo a DRAPA discutir apenas esta questão, foi sugerido pelo ICN que se procedesse à reunião de concertação logo após a realização da presente CMC.
- DGT – foi transcrito o parecer da DGT, que não estando presente na reunião, não levantou quaisquer objecções à sua redacção.
- IGESPAR – foi também transcrito o novo parecer do IGESPAR. Esta entidade interveio, então, sob o pretexto de discutir um conjunto de discordâncias, nomeadamente a delimitação do perímetro da servidão. A Equipa explicou que a representação das servidões por um ponto se deve a uma questão de escala, entendendo que esse perímetro se encontra salvaguardado pelo diploma de classificação da mesma.
- CM Setúbal – foram apresentadas as alterações ao parecer da CM Setúbal, nomeadamente no que respeita à definição de áreas com risco de cheia, à apresentação das cartas de fisiografia e declives e à delimitação dos perímetros urbanos. A CM Setúbal faz então a ressalva de que mantém sérias dúvidas sobre a possibilidade de expansão dos perímetros urbanos.
- O ICN esclarece então que se trata de uma solução a aplicar transversalmente aos POAP, decorrente do processo desencadeado pelo PO da Serra de Aire e Candeeiros.

- o CM Palmela – A CM Palmela alertou que deve ser anexado, ao Parecer Final, novo parecer relativo à questão da fundação no Zambujal, tendo sido acordado pelo ICN que tal referência seria feita no Parecer Final.
- o APSS – foi acrescentado toda a redacção do ponto final da discordância.

No que se refere à última questão colocada pela APSS, relativa ao facto das propostas de alteração de algumas matéria assumidas pela CMC não terem ainda sido transcritas para um documento sujeito à apreciação das diversas entidades, pelo que se desconhece a redacção final do PORNES a submeter à discussão pública, o Presidente da CMC esclareceu que tal corresponde a uma inerência do processo de planeamento e que o processo deve seguir para concertação, sede própria para a discussão das alterações.

O Presidente da CMC refere que na assinatura do Parecer Final, é feita referência às entidades que consideram que o Plano não apresenta as condições necessárias para seguir para Discussão Pública.

Foi então aprovado o Parecer Final por unanimidade, que foi então impresso e assinado pelas entidades presentes

Em resposta à questão da Herdade do Pinheiro, o ICN referiu que prevê o início da Discussão Pública em meados de Agosto, considerando que serão necessários 15 dias para concertação, 15 dias para emissão de parecer de conformidade pela CCDR LVT e 15 dias para o aviso de Discussão Pública. Esta obedece aos 30 dias previstos na lei, mas poderá ser ponderado o alargamento da Discussão Pública face ao período de férias com o qual coincidirá.

A Herdade do Pinheiro acrescentou, então a sua disponibilidade para discutir, antes da entrada em Discussão Pública, as alterações decorrentes da visita à Herdade do Pinheiro para aferição do zonamento. Deu ainda nota sobre a importância da fiscalização e da ocorrência de um episódio recente de circulação de embarcações não licenciadas, em evidente perseguição aos golfinhos.

O Presidente da CMC respondeu que, em relação à primeira questão, poderá não haver tempo para essa discussão antes da Discussão Pública, e que em relação à premência de uma fiscalização mais eficaz, esta encontra-se condicionada pelos recursos existentes colocados à disposição do ICN.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento
do Território e do Desenvolvimento Regional

Praça da República
2900-587 Setúbal
Portugal

Telefone 351.265 541140
Telefax 351.265 541155
Email: mes@icn.pt
<http://www.icn.pt>

A Capitania do Porto de Setúbal solicitou à Herdade do Pinheiro que preceda a uma exposição referente às acusações ali efectuadas, com a identificação das embarcações e tripulantes, considerando que a presente reunião não é sede de discussão para tais questões.


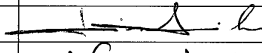
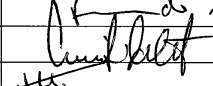

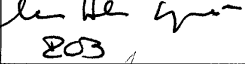
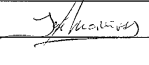
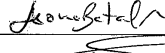
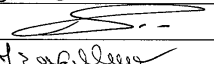
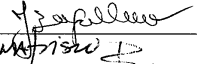
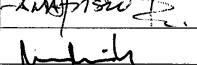
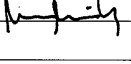

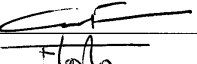
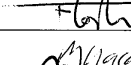


O Presidente da CMC deu então por finda a reunião, procedendo-se, de seguida, à marcação de reuniões com as entidades com discordâncias.

Anexo: Folha de presenças

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO**

**COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DA
RNES 8ª REUNIÃO**

Data: 09-07-2007

Entidades	Nome	Assinatura	Contactos
ICN que preside	Arqto Henrique Pereira dos Santos		santoshp@icn.pt
CCDR Lisboa e Vale do Tejo	Arqto Eduardo Carqueijeiro		eduardo.carqueijeiro@ccdr-lyt.pt
CCDR Alentejo	Dr.a Lília Fidalgo		francisco.faria@ccdr-a.gov.pt lilia.fidalgo@ccdr-a.gov.pt
D. Geral dos Recursos Florestais	Eng. João de Sousa Teixeira		joao.teixeira@dgrf.min-agricultura.pt
DG das Pescas e Aquicultura	Eng. Maria Luísa Silva		luisas@dapa.min-agricultura.pt
DGOTDU	Dr. Fernando Alves		falves@dgotdu.pt
DR Agricultura do Alentejo	Eng. Luís Didelet		luis.didelet@mail.telepac.pt
DR Agricultura do Ribatejo e Oeste	Eng. José António Gomes Pereira		dv.irheaa@draro.pt
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex. IDRHA)	Eng. Maria Helena Sequeira Eng. Inês Castel Branco	 203	hsequeira@idrha.pt ibranco@idrha.pt
REFER	Eng. João Morais Sarmento Dr. José António Moreira		imsarmento@refer.pt jmoreira@refer.pt
DG Turismo	Arqta Marta Lazana		marta.lazana@turismodeportugal.pt
DG da Saúde	Dr.a Maria Leonor Batalha		leonorbatalha@dgsaude.min-saude.pt
Capitania do Porto de Setúbal	Capitão-de-fragata Luís M.C. Crispim de Sousa		capporto.setubal@mail.telepac.pt
Instituto Português de Arqueologia	Dr.a Jacinta Bugalhão		jacinta@ipa.min-cultura.pt jcorreia@ipa.min-cultura.pt 265537000
CM de Setúbal	Vereador André Valente Martins		
CM de Palmela	Arqto João Carlos Antunes NUNO MOITA		cmpal.pdm@mail.telepac.pt nmoita@cm-palmela.pt
CM de Alcácer do Sal	Eng. Edgar Costa		ambiente@m-alcacerdosal.pt
CM de Grândola	Vereador Paulo do Carmo P/O. DR. CARLOS ALVES		paulodocarmo@hotmail.com
CM Vendas Novas	Arq. Francisco Costa		Dava.planeamento@cm-vendasnovas.pt
APSS	Eng. Graça Viegas		gviegas@portodesetubal.pt
ONG's de Ambiente	Associação de Proteção e Conservação do Ambiente		265 619180

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO**

LISTA DE PRESENÇAS

Data: 09-07-2007

Entidade	Nome	Assinatura	Contactos
DRSPM	MARIA JOSÉ DA COSTA XAVIER		265.610329
DRHPLUT	Dora Luísa Paqueti		265 509410
DEPA	Isabel Costa		
H. Comporta	JOÃO RESENDE		joao.resende@landada.de.comporta.pt
AFLOPS	RAQUEL ROSARIO		conceicao.norievo@aflops.pt
ERT/Amizel	Edmundo Gomes		265 537 000 edmund.gomes@comun.amizel.pt
ABVS	GONÇALO LYNCE PARRA		abvsas@sapo.pt
1)	Vomário y. h. Bidas		
ICNB	TERESA LEONARDO		leonardot@icn.pt
ICNB	JOÃO CARLOS FERREIRA		ferreira.j@icn.pt
ICNB	Assíria Figueira		assiria@icn.pt
ICNB	Helena Fonseca		hfonseca@icn.pt
HERDADE DE GAMA	Franisca Balsa		fbalsa@uoi.pt
GESPAR	Jacinto Bafalheas		jacinto@ipm.mun-aulhms.pt
Herdade Pinheiro	Veira Lopes		veira.j.lopes@abneuchogados.com
DGADR (ex-DGAM)	Rosário Mendes		rosario.mendes@dgadr.pt
DGADR	Pedro Teixeira		pteixeira@dgadr.pt
APAREC	Luis Gomes		265 619 180